

## OS ENSINAMENTOS DE SAMUEL HUNTINGTON PARA O PROCESSO DE AUTO-REFORMA DA AUTOCRACIA BURGUESA BONAPARTISTA.

Antonio Rago Filho (Professor do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP)

No dia 29 de março de 1982, em “Os conselhos do doutor Huntington, de Médici à abertura”, título de sua coluna “De Brasília” do *Jornal da Tarde*, o jornalista José Márcio Mendonça<sup>1</sup>, revela-nos um surpreendente documento escrito para a ditadura Médici, por solicitação de Leitão de Abreu, que traça as possibilidades de um *projeto de auto-reforma* do regime militar: a transição pelo alto planejada por Samuel Huntington.

Quem é este intelectual tão íntimo à sombra do poder? Segundo o gramsciano brasileiro Gildo Marçal Brandão, “(...) *O Choque de Civilizações* foi escrito originalmente como um artigo para a revista *Foreign Affairs*. Publicado na edição do verão de 1993, o texto fez tanto sucesso e despertou tanta polêmica que levou o seu autor a ampliá-lo num volumoso livro de 367 páginas publicado em 1996 pela Simon & Shuster. O que era hipótese no primeiro – “Choque das Civilizações?” – virou certeza no segundo, sem que nenhuma de suas palavras tenha sido revista e modificada.”<sup>2</sup>

A tese central de Huntington está esboçado nas páginas iniciais da obra apologética do capital. Em *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, explica que “No final da década de 80, o mundo comunista desmoronou e o sistema internacional da Guerra Fria virou história passada. No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. (...) A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre outros grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais.”<sup>3</sup>.

Fica cristalino que no horizonte do “intelectual orgânico” da burguesia norte-americana, a superação do sócio-metabolismo do capital e suas formas de dominação não são obstáculos para o “mundo livre” da civilização ocidental. Não há nenhuma brecha para a lógica onímoda do trabalho. A luta de classes, a superação do mercado, o modo de produção comunista, a emancipação humana geral, tornaram-se formas abandonadas pelo evo- lver histórico. São peças de museu!

Samuel Huntington tinha em mira destronar seu colega de arrivismo e idolatria do capital, o ideólogo da Casa Branca, Francis Fukuyama, com sua previsão apocalíptica da processualidade histórica: a regência terminal do “homem liberal-democrático”. “Os seus alvos eram claros”, assegura Brandão, “a celebração edificante do ‘fim da história’, que outro funcionário do Departamento de Estado, Francis Fukuyama, tinha pirateado (e deformado) de Hegel para comemorar a vitória capitalista e liberal sobre o socialismo existente; o delírio megalomaniaco dos financistas de Wall Street, operadores das Bolsas de Valores de New York e Londres, diplomatas e políticos de Washington, teóricos da “terceira via” e governantes do ex-Terceiro Mundo emergente, que se iludiram e nos iludiram com um suposto e “irreversível” processo de “globalização” financeira e cultural do mundo. Falando a linguagem dos ‘fatos’, eis que chega o velho *Realpolitiker* para pôr ordem na casa.”<sup>4</sup>

O historiador de origem catalã, Josep Fontana, num opúsculo denominado *História depois do fim da História*, no mesmo diapasão crítico, teve a oportunidade de mostrar como as teses de Francis Fukuyama foram rapidamente criticadas e superadas pelo antigo teórico da guerra do Vietnã, para serem substituídas por um “novo paradigma conservador mais duradouro”.

O professor da Universidade de Harvard, Samuel Huntington, será uma das referências teóricas não apenas da cúpula do bonapartismo brasileiro, no pós-1964, como também dos liberais conservadores brasileiros. Roberto Campos, apenas para exemplificar, se serviu do ideólogo do capital imperial para caracterizar a “onda de autoritarismo” que inundava as formas de poder da América Latina, com seu terrorismo oficial, e para amenizar suas tarefas de serviçal da autocracia burguesa bonapartista, mascarando, dessa maneira, o período ditatorial como sendo uma forma de “autoritarismo de transição.”<sup>5</sup>

Samuel Huntington esteve à testa do Instituto John M. Olin, “(...) que financia institutos e programas ‘destinados a reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se sustenta a empresa privada’ e que, em 1988, por exemplo, destinou para estes fins um orçamento de 55 milhões de dólares.”<sup>6</sup> Vários estudiosos foram contemplados com verbas desta instituição, entre os quais, se destacam François Furet, aquinhado para realizar o gigantesco trabalho de *revisão* da Revolução francesa, Allan Bloom, o antigo trotsquista Irving Kristol e o próprio Fukuyama. Em 1993, Samuel

Huntington publicava um artigo denominado “The Clash of Civilizations?”, no qual rebatia o “paradigma” de Fukuyama, uma vez que “a história não acabou; o mundo não se unificou”. O “novo paradigma” necessário após o fim da Guerra fria era que não mais se colocaria o confronto entre os três mundos, em virtude da superação da divisão material e espiritual que polarizava o mundo. “Os conflitos mundiais já não se definem mais em termos de diferenças ideológicas, nem tampouco são de natureza econômica. O que agora agrupa as coletividades humanas e as põe em confronto são *razões culturais*. Os protagonistas continuam sendo, aparentemente, os estados-nacionais, por meio dos quais se expressam os conflitos, mas ‘o choque entre civilizações dominará a política global’.”<sup>7</sup> Trata-se, dessa maneira, de perseguir uma nova estratégia de “evangelização” visando à conversão de outras civilizações numa outra *superior*: a civilização ocidental.

Porém, o que significa a “ocidentalização”? Brandão expõe com sua pena certa, nada mais do que “(...) um processo mediante o qual, consciente da superioridade de sua cultura, o ingênuo ocidental oferece suas mercadorias na crença de que, ao vendê-las, vende algo muito maior. Confia em que o ‘doce comércio’, principalmente quando está sustentado por doses cavalares de superioridade bélica, cria redes de interesse mútuo, arredonda os costumes, faz economia da guerra, propaga a verdadeira religião e espalha entre os bárbaros a insuperável liberal-democracia. Nesse processo, todos têm a ganhar, se cada um fica no seu lugar e explora a sua ‘vantagem comparativa’. (...) Não é, portanto, o ‘doce comércio’ nem a beleza das idéias, mas a afinidade cultural entre povos, entre sociedades no interior da mesma civilização, que os leva a cooperar entre si. Cada civilização, de fato, é uma ilha e nenhuma delas é responsável pela outra que cativa. Com suas pretensões universalistas, o Ocidente enfrenta civilizações inebriadas pela certeza de sua superioridade cultural e acabrunhadas pela realidade de sua inferioridade material, tecnológica e política”.<sup>8</sup>

Gildo Marçal Brandão não mede ripas a esta ideologia neoimperialista, pois o “último homem” se põe como um “eterno liberal”, velho egoísta naturalmente posto que precede à sociabilidade do capital, invertendo ideologicamente a ordem histórica. O filósofo Vico em sua *Ciência Nova*<sup>9</sup> já havia compreendido que a ordem das coisas não pode ser suplantada (adulterada) pela ordem das idéias, sendo assim, a inversão huntingtoniana conduz a uma visão reacionária, segundo a qual “(...) a única convivência possível é aquela propiciada pelo equilíbrio pelo terror. Velho *Realpolitiker* por trás do

fundamentalismo civilizacional, Huntington quer que os ocidentais voltem a escutar o seu Deus esquecido e se ponham a serviço do Oeste profundo. A sobrevivência da civilização ocidental depende de que ela aceite que suas instituições – liberalismo, democracia, constitucionalismo, mercado, ciência, etc. – não são valores universais ou suscetíveis de serem universalizados, mas singularidades restritas e exclusivas ao seu modo de vida. Depende, em segundo lugar, de que procure revitalizar seus valores mais básicos. É lícito deduzir daí que será preciso combater o materialismo atual, o hedonismo, a destruição dos elementos não-contratuais do contrato, o descontrole do mercado, etc., e promover o renascimento da tradição, da família, da propriedade, da ética do trabalho, da religião, etc. Depende, sobretudo, de que o país líder do Ocidente (pois os europeus perderam o gás) reforce sua homogeneidade cultural, reduza o multiculturalismo, contenha seus dissidentes e diferentes internos e reative os valores de seus pais fundadores”.<sup>10</sup>

Retomando as lúcidas notas do crítico do *Jornal da Tarde*, passagens notáveis pela semelhança de posições políticas com os passos da ditadura militar (ainda que não necessariamente levadas em conta no tempo requerido) e, também, pelo “achado” do próprio jornalista. “Quem quiser - escreve Mendonça - entender hoje o projeto político do governo Figueiredo precisa conhecer um trabalho do cientista político norte-americano, o professor de Harvard, Samuel Huntington. O estudo ‘Abordagens da Descompressão Política’ foi preparado a pedido de Leitão de Abreu, quando o atual chefe do Gabinete Civil ocupava a mesma função no governo Médici e Huntington foi trazido a Brasília para uma conversa no Palácio do Planalto. E, é claro, roteiro para uma política de manutenção do poder, tão perseguido atualmente”.<sup>11</sup>

Acentuando que o principal conselho do professor estrangeiro - *a descompressão* - não tenha saído do papel, somado ao fato de ser um processo impessoal, “uma descompressão sem descompressor” e sequer foram esboçadas as explicações particulares da “oportunidade perdida” pela dupla Médici-Leitão. “Analisando as consequências políticas do desenvolvimento econômico, o professor de Harvard alerta para os efeitos de períodos estáveis de desenvolvimento econômico - ‘aumentam a desigualdade de distribuição de renda, modificam as relações estabelecidas entre grupos sociais, estimulam níveis mais elevados de mobilização social, intensificam as tensões sociais, aumentam as pressões sobre o governo e encorajam o envolvimento de grupos na política.’” Muito

próximo, como se pode notar, das formulações do general Golbery do Couto e Silva e do “projeto de distensão democrática” do governo Geisel. A neutralidade axiológica, tão defendida pelos cientistas políticos de talhe liberal, é assim posta à prova com o leque de alternativas apresentadas e, em qual cenário, a ditadura poderia se sair melhor no controle sobre a situação em jogo.

Todo e qualquer risco deveria ser evitado, porque “As mudanças econômicas que acontecem no Brasil atualmente - sugere Huntington - poderão ter consequências drásticas comparáveis ao caso do Paquistão entre início e meados da década do governo e encorajam o envolvimento de grupos na política”. Temendo um quadro negativo para o país, Huntington, no seu estilo peculiar de operar com modelos e analogias, aponta para a urgência da *descompressão política*: “As mudanças econômicas no Brasil atualmente poderão ter consequências drásticas comparáveis ao caso do Paquistão entre início e meados da década de 60, culminando com a queda do governo de Ayub Khan em 1969. Essa é uma das razões pelas quais é tão importante que se inicie um processo de descompressão agora”.<sup>12</sup>

Na verdade, como salientamos, as idéias do professor Huntington não eram tão desconhecidas de nossa intelectualidade conservadora, já era um dos nomes mais consultados por uma certa inteligência da autocracia burguesa, ela estará presente em certas conceituações de Roberto Campos, como, por exemplo, o uso classificatório para este período de “autoritarismo democrático” no lugar de ditadura militar, suas análises das grandes ondas de democratização e de refluxos de autoritarismo no mundo, assim como, também, podemos encontrar formulações, que “salvam” as Forças Armadas, explicando que isto ocorre porque “decorre e é preparada por uma crise de poder civil e só no vácuo de seu poder se instala”. Assim, o grande ensinamento de Samuel Huntington seria que: “Não há uma propensão golpista ou perversa no estamento militar. Este se torna político, lembra o mestre americano, quando os empresários, padres, estudantes, universidades se politizam. Em suma, quando a sociedade, em função de mudanças estruturais, perde seu eixo de poder, no caos instaurado os que detêm a força restabelecem a ordem em seu proveito, na ausência de mandante aceito universalmente. (U.B./PE -nº3/85:457).”

O crítico do *Jornal da Tarde*, José Márcio Mendonça, desnuda o documento do sociólogo estadunidense de ponta a ponta, dá uma verdadeira lição de análise imanente,

extraindo que, desde a encomenda de Leitão de Abreu nos tempos Médici, “(...) daquela época restou apenas a palavra ‘descompressão’, transformada em ‘distensão’ pela dupla Geisel-Golbery; em ‘abertura’ por Figueiredo-Golbery e em processo de retomada por Figueiredo-Leitão”.

Segundo o estudo apresentado por Huntington, há que distinguir três componentes da descompressão: “Institucionalização de procedimentos para determinar a sucessão em cargos públicos, muito especialmente na Presidência, mas também no Congresso e em cargos estaduais, e para elaboração de decisões entre grupos pertinentes na formulação de políticas públicas”; “O alargamento da participação na escolha de autoridades públicas e na elaboração de políticas, de modo a representar mais grupos de interesse legítimo e mais setores da população no processo governamental”; “A liberalização de restrições em curso; de direitos individuais, políticos e civis e uma aberta discussão pública de questões governamentais e políticas”. Huntington considera que este processo de transição se vinca a vários fatores como os valores éticos básicos, a responsabilidade e eficiência governamental, a própria imagem internacional do país, sendo que a democratização pode ser alternada por outras formas de representação política do povo. “No entanto – nem isso estará proposto, observa o jornalista –, defende um afrouxamento gradual dos controles autoritários para evitar o ‘colapso do regime’ e o risco de um retrocesso. Faz a apologia do processo gradual e do firme controle oficial”, anota o perspicaz jornalista.

Nessa peça indiscutível por seu valor histórico, o impecável jornalista acrescenta as idéias apologéticas do ideólogo norte-americano, para uma “boa” transição: “O governo – sustenta Huntington – deveria estar de fato na aparência agindo a partir de uma posição de força. Não deveria parecer render-se a pressões ou exigências de grupos opositoristas, porque se o faz, tais exigências entrarão numa escalada e o governo poderia facilmente perder o controle do processo”.

O jornalista destaca, dessa forma, as prioridades das “Abordagens”, para garantir o controle total da auto-reforma do bonapartismo. O documento plasma uma ordem seqüencial de problemas, colocando-os numa distribuição determinada: primeiro a institucionalização, depois a expansão da participação e da representação e, finalmente, a liberalização. Ou melhor: “A institucionalização da sucessão presidencial; a criação de uma moldura para a representação mais ampla de interesse no governo; e a identificação e

análise de futuras reivindicações e pressões políticas resultantes do sucesso de desenvolvimento econômico brasileiro”.

Além disso, “No capítulo da sucessão presidencial há uma advertência para os riscos de um processo muito fechado e quase totalmente adstrito às Forças Armadas, como em 1966 com Costa e Silva e em 1969 com Garrastazu Médici. Huntington sugere ‘evitar situações em que a controvérsia sobre quem deve ser presidente vire uma controvérsia sobre como o presidente deve ser escolhido. Apesar das traumáticas experiências de 66 e 69, repetidas em grau menor tanto em 74 como em 78, a proposta preparada para Leitoão de Abreu não chega nem a arranhar uma possível eleição direta. Admite, no máximo, um aperfeiçoamento do processo de consulta entre oficiais gerais e seus comandos, como na escolha de Médici, incluindo-se ‘grupos e liderança em posição crítica na burocracia civil, no empresariado, nas profissões, na agricultura e nas classes trabalhadoras’.”<sup>13</sup>

Samuel Huntington ainda chega a sugerir que o Brasil poderia se espelhar no mecanismo de institucionalização do processo mexicano, na medida em que, em nosso país, não contaríamos com um forte partido político, como PRI mexicano, recomenda a criação de um partido para desempenhar o mesmo papel de se conservar e tentar sua autoperpetuação no poder, abrangendo o maior número possível de agrupamentos nele e “deixando as oposições com seus padrões antigos de volatilidade, personalismo e populismo.”<sup>14</sup>

As recomendações de “Abordagens” não param aí, e mesmo que Mendonça tenha escrito este artigo em 1982, num período de eleições governamentais no Brasil, pois, ainda estava distante do processo de escolha presidencial, que se consumaria via colégio eleitoral, dentro do cronograma ditatorial da “transição lenta, gradual e segura”, com a eleição de Tancredo Neves e, com sua morte, o ascenso do conservador ex-arenista, então *honorável opositor* de última hora, José R. Sarney. O jornalista especificou com precisão, o verdadeiro teor do documento encomendado: o ideólogo Samuel Huntington “não prega abertamente a ‘civilização’ (no sentido de desmilitarização), pois acha que o simples alargamento da base política do regime proporcionará um certo grau de ‘civilização’. Quanto à ‘democratização’ do governo, uma das reivindicações mais importantes da sociedade civil, a posição defendida por Huntington é bastante esdrúxula”. O cientista de Harvard, na parte das conseqüências políticas do desenvolvimento, tenta caracterizar a

necessidade de assimilar as reivindicações sociais essenciais, “para a determinação mais explícita das formas e direção desejáveis que a descompressão política deverá tomar”. Em outras palavras, antecipar as demandas da sociedade civil para não perder o controle do governo”.

É interessante registrar que, não apenas esses apontamentos, que obviamente são inteiramente descartados pela lógica golberiana, todavia, mais uma vez, a conceituação dos gestores do capital atrofico são aparentadas com a “teoria do autoritarismo”. Na versão da autocracia burguesa bonapartista, na voz de suas *personae*, o grande culpado da “necessidade” do golpe militar foi o caos e desordem propiciados pela política manipulada pelo “populismo”.

Para Roberto Campos, “o imediato deflagrador da crise política fora o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A Revolução de Março era o resultado e não a causa do impasse institucional, a que Goulart pretendia escapar pela implantação de uma *república autoritária sindicalista*. A intervenção militar fora algo relutante, tendo em vista a tradição legalista das Forças Armadas, a que Castello imaginava dar continuidade”.<sup>15</sup> Por esta razão, os grandes culpados de toda essa história, do destino trágico do povo brasileiro, na visão conservadora do liberalismo brasileiro, eram o “populismo janguista” e o brizolismo varguista. Para ele, “Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da política de gangorra, oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista”.<sup>16</sup>

O problema para Roberto Campos residia, pois, em como ultrapassar a na herança getulista, em como romper com as formas do passado, vislumbrando assim a alternativa “possível” para o sistema: “De qualquer forma, é preciso dizer que o país estava, economicamente, num beco sem saída, inviabilizado por uma herança institucional, jurídica e fiscal pré-moderna, antiempresa, corporativa, ainda dos anos 30, em especial por uma legislação sindical e trabalhista, inspirada na “Carta del Lavoro” do fascismo italiano, que criara distorções insuperáveis, como o chamado ‘passivo trabalhista’ das empresas”.<sup>17</sup>

De sua parte, para os ideólogos da autocracia burguesa, a *crise geral* da sociedade brasileira era atribuída à “algaravia populista” (termo pejorativo utilizado por Roberto

Campos). As promessas inatingíveis da *demagogia populista* acabaram por conduzir a sociedade brasileira a um beco sem saída. Salários desmedidos em choque com a real produtividade da economia, a escalada desenfreada da inflação, a estagnação da economia, a desobediência civil, são os efeitos de toda “política populista”. Com isso, os ideólogos orgânicos tentavam, ao sabor dos próprios acontecimentos, descaracterizar totalmente *os projetos sociais em luta*, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica de *estatuto popular e nacional*, que o trabalhismo inscrevia na realidade nacional, propugnando a democratização da propriedade da terra, a reforma educacional, a reforma política, a integração das massas no mercado interno, no que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas. Tudo encenação! 1964 passa a ser explicado por um viés *politicista*, a composição de um novo bloco histórico seria resultante do esgotamento do *engodo deliberado*, de uma *arte burguesa de manipular* (o que pressupõe ilusoriamente um poder burguês que não mais manipule quando integra parcelas da população em sua dominação), abstraindo-se, nessa operação, as determinidades estruturais do modo de ser do capitalismo brasileiro, dos projetos ideológicos envolvidos, dos interesses do imperialismo e dos embates sociais que estavam em jogo.

A “República sindical” vislumbrada pelo “nacionalismo populista” será, desse modo, caracterizada pela ideologia dominante como “anarquia e desordem” no âmbito societário, particularmente no plano econômico, pondo em risco, por causa do forte teor nacionalista, o capital estrangeiro.

Por esta razão, um dos membros do *poder castelista* será bem mais explícito do que os “críticos” de esquerda: “Se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise”, escreve Roberto Campos, “ela data de mais longe. Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da ‘política de gangorra’ - oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista”. O culpado da situação é um só: a “algaravia populista”. O “populismo” é assim descrito como sinônimo de nacionalismo estatizante e de movimento de esquerda, com os sindicatos de trabalhadores atrelados no poder. Isto porque, “No Brasil, o imediato deflagrador da crise

política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart. A intervenção militar foi relutante, tendo em vista a forte tradição legalista das Forças Armadas. Essa tradição levou a autolimitação dos poderes e da duração do processo revolucionário, e também à preservação substancial da instrumentação política e judiciária - o Congresso, o Supremo Tribunal, e inicialmente até mesmo os partidos políticos, que só foram abolidos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965”.<sup>18</sup>

Vejam nas próprias palavras do economista a sua concepção de *populismo*, que não presta a mínima atenção para o problema do *engodo deliberado* que serviria para a manipulação da classe operária. Ele vai direto ao ponto. Toda abertura à satisfação das necessidades populares é política demagógica. Se não, vejamos. “Às habituais características do ‘populismo latino-americano’ – ideologia confusa, com abuso de terminologia *socializante*, processos inviáveis de *redistribuição de renda*, *nacionalismo irracional* e *estatização ineficiente* – o regime Goulart acrescentara uma excepcional *inapetência administrativa*. E também outras contradições: a política salarial premiou os sindicatos politicamente mais mobilizáveis, criando uma espécie de *aristocracia do proletariado*; as massas rurais foram politicamente excitadas mas economicamente feridas, de um lado pelo congelamento de preços agrícolas e, de outro, pela inflação de preços industriais. Os aumentos tributários seguiram a linha de menor resistência – impostos indiretos, que ferem as classes assalariadas, enquanto que *a estagnação de investimentos*, nacionais e estrangeiros reduziu as oportunidades de emprego e o avanço tecnológico da massa operária.”<sup>19</sup>

Ora, mais uma vez, Roberto Campos se utilizará das teses do ideólogo norte-americano Samuel Huntington, que prestara consultoria na guerra do Vietnã, para interpretar o período histórico como sendo atravessado por um “refluxo autoritário”, que afetaria a evolução da “onda de democratização” anterior (1943-1962). O “segundo refluxo autoritário” (1958-1975) poderia auxiliar na compreensão dos “refluxos autoritários” que espocaram na América Latina, com a instauração de várias ditaduras militares; nessa direção, Roberto Campos especula “(...) até que ponto o colapso da democracia no Brasil foi devido à grave incompetência político-administrativa de Goulart, à sua ambivalência face ao radicalismo de esquerda e à safra de impasses daí decorrente, e até que ponto

refletiu um ‘efeito contágio’ da onda autoritária mundial que constituiu uma espécie de *Zeitgeist*, o espírito do tempo”.<sup>20</sup>

Salientamos que a armação teórica de Samuel Huntington forneceu os instrumentos para a crítica das esquerdas na crise dos anos 60 e, mais ainda, também foi compartilhada com a “analítica paulista”. Os tipos ideais weberianos alinhados no “quadrúpede teórico”, a saber, as teorias do populismo, do autoritarismo, da marginalidade e da dependência. Recorde-se ainda que o ecletismo metodológico da “Analítica Paulista” se propunha uma apropriação de um marxismo adstringido.

O ardil do politicismo<sup>21</sup>, forma recorrente da dominação dos proprietários em nossa formação social, orienta ideologicamente as ações oposicionistas para o campo “do aprimoramento das instituições democráticas”, deixando intocável a estrutura econômica, se faz valer no momento da transição do bonapartismo para a institucionalização da autocracia. A circunstância histórica imprimia o seu movimento, posto que “(...) perecidos estavam os fundamentos do *bonapartismo*, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: *economicamente*, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação – nada mais do que a ‘inchação modernizadora’ do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; *politicamente*, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.”<sup>22</sup>

O *ardil do politicismo* surge, assim, como uma arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado. Mecanismo que lhe permite manipular as consciências oposicionistas, debilidade estrutural e força política que lhe alimenta: “Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder

desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica e aparentemente expõe o político a debate e ao ‘aperfeiçoamento’. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado”.<sup>23</sup>

Há que examinar que o poder do capital atrofico em nossa formação oscilou entre duas formas de uma mesma dominação. José Chasin foi mais longe ainda ao examinar, ao longo de nossa história republicana, a processualidade da dominação burguesa: “Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade de hegemonia burguesa, no caso, resultar de e no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal. Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o *bonapartismo* é sua forma em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial*, as formas burguesas de dominação política oscilam e se alternam entre *diversos graus de bonapartismo e da autocracia burguesa institucionalizada*, como toda a nossa história republicana evidencia”.<sup>24</sup>

Da parte dos castelistas, Golbery explicitava sua estratégia diante da crise econômica, das dissensões dos proprietários, da resistência operária, fazendo emergir a “abertura” como a dialética da sístole e da diástole. Numa rara entrevista, ao jornalista José Carlos Bardawil, diretor da sucursal da revista *Senhor*, em 1983, que preparava uma pesquisa sobre o (já falecido) senador Petrônio Portela, Golbery lhe atendeu por três horas. Ao responder se o projeto da “abertura” tinha nascido após a derrota dos arenistas nas eleições de 1974, Golbery precisou suas formulações: “A impressão que o governo Geisel tinha, que eu, o Petrônio e o próprio presidente Geisel tínhamos, era a de que um governo autoritário só se mantém enquanto é eficiente. Ele não tem legitimidade constitucional. Então, a legitimidade dele está no fatural, na prática. Ele só é considerado legítimo quando está melhorando a situação de todo mundo, enquanto está produzindo resultados aceitáveis. Agora, os resultados um dia são bons e outro dia são maus. Sofrem influência externa, até

de calamidades públicas. Então, a conclusão parece lógica: não se pode jogar toda a legitimidade do governo em cima da realização de um bom governo, porque é uma utopia. Porque haverá de chegar um dia em esse governo não vai funcionar direito. Isso já estava havendo no governo Geisel. Primeiro, já tínhamos o choque do petróleo. E, mais ainda, o problema da taxa de juros. Então, o governo começou a definhar. E na hora em que definhassem de vez, o problema da abertura ainda seria mais difícil de encaminhar. Quer dizer: quando começamos o governo Geisel, a verdade é que a abertura já deveria ter sido feita. Esse era o ponto de vista de Geisel, como era o meu, e não estávamos inventando nada porque era uma mera projeção do pensamento de Castelo Branco. Ele sempre defendeu a idéia de que o chamado período de exceção deveria ser o mais curto possível”.<sup>25</sup>

A estratégia estava montada. Numa situação de crise econômica que, imediatamente afetaria a esfera social, o processo de desobstrução da estrutura repressiva seria muito mais obstaculizada pelos setores da “linha dura”. As circunstâncias mais favoráveis teriam sido aquelas do governo Médici. Altas taxas de crescimento econômico, entusiasmo das classes médias com sua ascensão social propiciada pela construção de habitações de padrão razoável, com financiamento de recursos extraídos da própria classe operária; portanto, um quadro psicossocial bastante favorável para iniciar um projeto de institucionalização do próprio sistema, mas afrouxando paulatinamente o esquema de terrorismo oficial. Segundo o estrategista, com o sucessor castelista, dois problemas surgiram no caminho. “Primeiro, as dificuldades de ordem econômica. O choque do petróleo obrigou o governo a fazer um esforço muito demorado para absorvê-lo. Foi absorvido, mas aí veio o segundo choque e esse, por sua vez, já acompanhado do crescimento exagerado das taxas de juros. Isso, no campo econômico. E no campo político havia um problema que é muito característico da política. Quando o sujeito está fora, ele quer andar ligeiro”.<sup>26</sup>

O senador e concorrente presidencial no pleito de 1989, Ulysses Guimarães, retratado por Luiz Gutemberg, deixou registrado seus passos na direção da conciliação pelo alto, desconsiderando a mobilização de massas que impulsionara a Campanha pelas Diretas: “Em março de 1977, Petrônio [Portela] – que acabava de voltar à presidência do Senado – anunciou oficialmente a Ulysses que estava credenciado pelo presidente Geisel a iniciar amplo diálogo com a sociedade por intermédio das suas instituições e lideranças. Era o primeiro estágio para a abertura política. Ulysses respondeu com entusiasmo. A oposição

tem o que dizer e está disposta a falar, se a quiserem escutar. Reafirmaram ambos a paixão pessoal pela conversação livre de preconceitos, mas aberta também às saídas possíveis. Estavam certos de que, fora da prática política, não haveria solução para o impasse brasileiro. E ficaram nesse recíproco reconhecimento de que era preciso estabelecer o diálogo político no Brasil, tal como se repetiria nos demais contatos de Petrônio com dezenas de lideranças da sociedade civil. A crônica brasileira dos anos 70 registrou essa movimentação da chamada ‘Missão Portela’, a que se atribuía o papel precursor de prodígios que seriam produzidos pela abertura.”<sup>27</sup>

Mas, a ditadura não nascera para varrer, com seus “atos de exceção”, a anarquia da produção, o caos social, a corrupção, o processo inflacionário, a crise econômica e o movimento grevista dos trabalhadores da cidade e do campo? A ditadura não viera para *restaurar a democracia*? A crise econômica passara a produzir as dissensões entre os próprios proprietários e a se refletir no próprio bloco de poder, os *personae* do capital atrofico passaram a se sentir desprotegidos e logrados pelo *estilo autocrático* de governar. A história da atuação dos militares no processo insurrecional que conduziu ao trágico desfecho, para o povo brasileiro, no entanto, desde as origens foi perpassada por lutas internas, embates de toda ordem, intrigas e cambalachos, para o controle do monopólio de poder e, testar, ao longo do percurso, seguindo a “cartilha de Júpiter”, quebrar as pernas, por todos os meios, de uma experiência que se guiava por uma plataforma nacional, democrática e popular. Desde a instauração da ditadura militar, com o objetivo de garantir “a tranqüilidade e a paz social”, buscando erradicar qualquer possibilidade de resistência democrática de massas e invalidando como “estranha à índole nacional”, qualquer alternativa social da perspectiva do trabalho, com os dogmas do “ideário da revolução”, o combate à subversão e à corrupção -, o resultado alcançado foi para felicidade e liberdade do capital, propiciar uma feroz reprodução ampliada do capital, objetivando assim, uma *modernização excludente*, que continha uma dupla violência: violência econômico-social, inerente ao capital atrofico, excluindo dos benefícios produzidos os próprios produtores diretos da riqueza nacional e, a violência jurídico-política, transmutada em força produtiva, *arrochando os salários*, reprimindo e cerceando a liberdade de organização e movimentação política do trabalho em nosso país.

Consideramos aqui, que a ditadura militar brasileira, como outras tantas latino-americanas, não teve uma derrota mortal. Após 21 anos de sua existência, o trânsito da *forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa* em nosso país se deu por um processo de auto-reforma. A solução típica do conchavo, a *transição transada*, a transição pelo alto! Isto significa dizer que mesmo não desconhecendo o desenvolvimento das pressões populares, os combates travados para derrubá-la, parlamentares e extra-parlamentares, o trânsito não se operou num movimento que pôs abaixo toda as vigas de sua sustentação: não se processou por um movimento revolucionário. Ao contrário, esta “transição transada” foi orquestrada dentro do prisma de uma “transição lenta, gradual e segura”, com o cronograma dos passos a serem efetivados dentro dos limites e controle dos militares. O destino trágico do povo brasileiro, por sua vez, ao ser continuamente violentado pelo aviltamento de suas condições materiais de vida, graças à forma particular da organização da estrutura da produção, da espoliação e exploração dos grandes capitais no interior de uma economia subjugada aos interesses imperialistas, pela qual o Estado foi o garante de sua reprodução, trouxe por sua vez uma capitulação no plano ideológico. Uma das estratégias da autocracia burguesa foi a de deixar de modo intocável a estrutura econômica, deixando as oposições o campo da política, espaço regulado e aberto para “o aperfeiçoamento das instituições democráticas”. O aprimoramento das formas políticas, significou concretamente a manutenção da ditadura do grande capital, e na “volta aos quartéis” nenhum “acerto de contas” que derrotassem o fardo pesado imposto ao próprio povo.

Em 1988, nas páginas do *Jornal do Brasil*, Florestan Fernandes desenvolveu uma crítica mordaz sobre o bafejado “desengajamento” dos militares na época da passagem do poder para a constituição de uma “Nova República”, escreveu ironicamente: “Os militares continuavam no sistema compósito de poder, só que com menor visibilidade, e a democracia desencadeava-se como um processo político travado pelas classes dominantes (incluindo-se nessa categoria a burguesia internacional e os centros externos de poder) e por programas repressivos de dissuasão policial-militar, camuflados ou não, conforme as circunstâncias. O objetivo central não era a democracia e a sua consolidação, mas a estabilidade política da ordem estabelecida, com todas as distorções e iniquidades econômicas e sociais que contivessem”.<sup>28</sup>

Atente-se para o fato de que diante de uma “revolução comunista” inexistente – os comunistas pretendiam gastar suas energias na edificação e completude uma revolução nacional e democrática –, o golpe de estado, em sua objetividade, foi uma ruptura com o processo democrático que estava em marcha. Foi a recusa, de um prisma antidemocrático e pró-imperialista, ao social-progressismo inerente à política trabalhista, identificada erroneamente à “algaravia populista”. No entanto, mesmo se pondo como “revolucionário”, o que provocaria um corte profundo com a incipiente democracia em marcha, a autocracia burguesa em sua conformação *bonapartista*, também se propôs a representar a continuidade histórica. Afinal, qual a “novidade histórica” em realizar a auto-suficiência nacional, promovendo o desenvolvimento econômico acelerado, assentado na superexploração da força de trabalho nacional, impulsionada pela forma *bonapartista* da autocracia dos proprietários antidemocráticos, a fim de erradicar o nosso subdesenvolvimento e a possibilidade de uma revolução popular?

Na finalização do regime militar, com a “transição transada” operada para sua conversão em *liberalização outorgada* sob cronograma e tutela militar, Florestan Fernandes se indagava: “Falsa república ou revolução democrática? Autocracia burguesa ou uma forma democrática de República?” Sua tematização do “*capitalismo difícil e selvagem*” implicava analisar as autolimitações da própria dominação dos proprietários, fazendo do *golpismo* um procedimento inerente ao seu ser social. Assim, “O capitalismo selvagem revela-se um modo de ser arraigado, que bloqueia uma parcela considerável das ‘classes dirigentes’, acorrentando-as a uma gravidade política funesta, que impede ou trava toda e qualquer forma burguesa não-colonial de desenvolvimento do capitalismo, da sociedade civil e do Estado. Sob a sua ótica, o que não coincidir com a intocabilidade da ordem estabelecida e todas as suas iniquidades é ‘*comunismo*’ e precisa ser banido de nossa terra! Dessa perspectiva, torna-se inviável a existência de homens livres reais, embora com situações econômicas, sociais e políticas desiguais”.

Daí, a razão das possibilidades do *golpismo* burguês, na auto-reforma da autocracia, “(...) em um momento histórico no qual os mais variados setores das classes subalternas se mostram decididamente empenhados na democratização das relações de produção e de distribuição, da sociedade civil e do Estado, a propensão ao *golpismo* tenderá a exacerbar-se e a tornar-se incontrolável”.<sup>29</sup>

## NOTAS

- 
- <sup>1</sup> MENDONÇA, José Márcio. “De Brasília”. In: *Jornal da Tarde*, São Paulo, 29 de março, 1982.
- <sup>2</sup> BRANDÃO, Gildo M. “Desconstruindo Huntington”. In: [www.gramsci.org/política](http://www.gramsci.org/política). Novembro, 2001.
- <sup>3</sup> HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Tradução M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, pp. 20-21.
- <sup>4</sup> BRANDÃO, Gildo M. “Desconstruindo Huntington”. In: op. Cit.
- <sup>5</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.
- <sup>6</sup> FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru, SP: Edusc, 1998, p. 18.
- <sup>7</sup> IDEM, p. 21.
- <sup>8</sup> BRANDÃO, Gildo M. “Desconstruindo Huntington”. In: op. cit.
- <sup>9</sup> Cf. TAGLIACOZZO, G. (Org.). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- <sup>10</sup> BRANDÃO, Gildo M. “Desconstruindo Huntington”. In: op. cit.
- <sup>11</sup> MENDONÇA, José M. “De Brasília”. In: op. cit.
- <sup>12</sup> IDEM, ib.
- <sup>13</sup> IDEM, ib.
- <sup>14</sup> Segundo Wanderson Fabio de Melo, Roberto Campos combatia o “populismo de João Goulart que “(...) teria revelado o perigo da ‘República sindicalista’, ou seja, o descontrole do Estado sobre os trabalhadores urbanos sindicalizados, não comprometidos com o liberalismo. Daí o apoio aos militares golpistas no combate ao ‘populismo antiliberal.’” Cf. Melo, W. F. de. “Da ‘Educação de Massa’ à ‘Deflagração de crises’: o ‘populismo’ na visão de Roberto Campos”. In: *O Golpe de Estado de 1964: 40 anos depois*. Projeto História n.º 29, tomo 1, EDUC, 2004, p.247. Ver a crítica da teoria liberal acerca do “fenômeno do populismo” feita por vários intelectuais na obra organizada por Jorge Ferreira: *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- <sup>15</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Topbook, 1994, p. 567.
- <sup>16</sup> IDEM, ib.
- <sup>17</sup> IDEM, p. 569.
- <sup>18</sup> IDEM, pp. 580-581.
- <sup>19</sup> IDEM, p. 568. Grifos nossos.
- <sup>20</sup> IDEM, p. 569, nota 250.
- <sup>21</sup> Ver a especificação da conceituação do “ardil do politicismo” no artigo “Hasta Cuando” de José Chasin. In: *A Miséria Brasileira*. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- <sup>22</sup> CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 127.
- <sup>23</sup> CHASIN, J. “Hasta Cuando? A propósito das eleições de novembro”. In: *Revista Escrita/Ensaio* n.º 10. São Paulo: Ensaio, 1982, p. 8. Grifos nossos.
- <sup>24</sup> IDEM, p. 11.
- <sup>25</sup> BARDAWILL, José Carlos. “Entrevista de Golbery”. In: *Revista Senhor 34*. São Paulo, 22 de setembro, 1987, p. 35.
- <sup>26</sup> IDEM, ib.
- <sup>27</sup> GUTEMBERG, Luiz. *Moisés Codinome Ulisses Guimarães: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 157-158.
- <sup>28</sup> FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada*. São Paulo: Liberdade, 1989, p. 366.
- <sup>29</sup> IDEM, *Que Tipo de República?..* São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 77.